

Bracher conversa com embaixadores

Arquivo/5-8-87.

“Há pontos suficientes a trabalhar para se chegar a um acordo”, disse ontem o consultor do Ministério da Fazenda para Assuntos da Dívida Externa, Fernando Bracher, sobre o encontro que ele e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, terão no próximo dia 19 com o comitê assessor dos bancos credores privados, em Nova York.

As vésperas de seu embarque para esta nova rodada de negociações, Bracher convidou ontem os embaixadores dos Estados Unidos, Harry Shlaudeman, da República Federal da Alemanha, Walter Gorenflos, e da Grã-Bretanha, John Ure, para lhes fazer um relato sobre os entendimentos mantidos com o comitê assessor em 25 de setembro e dois de outubro.

Ele já havia mantido conversa semelhante anteriormente com o embaixador da França e pretende avistar-se, ainda, com os representantes do Japão, Canadá e outros países credores. Bracher disse que os governos dos países credores têm sido “muito compreensivos” e atuado “como verdadeiros embaixadores de nossa causa” junto aos credores privados.



Bracher conserva otimismo

Embora se manifestasse otimista com a possibilidade de o Brasil chegar a um acordo com os bancos credores, Bracher não acredita que isto possa ocorrer até o dia 26, quando os bancos americanos fecharão seus balanços trimestrais e terão que lançar como prejuízo os juros não pagos pelos seus devedores.

Este prejuízo poderia ser evitado se o Brasil concordasse em fazer pelo menos um pagamento simbólico

de juros até aquela data. Sobre esta possibilidade, Bracher limitou-se a dar de ombros com um “não sei”. Mas disse não acreditar que o não-pagamento terá como consequência o rebaixamento do País para a categoria de devedor duvidoso, penúltimo estágio na escala de classificação dos países devedores.

Prós

Para sustentar esta opinião ele arrolou como pontos favoráveis ao Brasil a recuperação da economia do País e o fato de que ele está negociando com seus credores. Para ele, os três órgãos americanos que decidem sobre a reclassificação (o Banco Central — FED —, o Controller of the Currency — órgão controlador da moeda — e o FBIC — órgão normativo do setor de seguros) levarão em conta estes fatores, porque a reclassificação não é automática. Depende da ponderação de diversos fatores.

Ele disse que a legislação brasileira sobre o assunto é mais rigorosa. Os créditos não pagos num prazo de 90 a 120 dias vão automaticamente para a liquidação.